

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.364 - AM (2019/0297563-9)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES
ADVOGADO : DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES - RO002433
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A REGIAO
PACIENTE : CELSO BATISTA FERREIRA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CELSO BATISTA FERREIRA, contra acórdão do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.º REGIÃO - HC n. 1015427-88.2019.4.01.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, dos crimes previstos nos arts. 45, 50-A, 60, 66, 67, 69-A da Lei 9.605/98; 1º da Lei 9.613/98; e 2º da Lei 12.850/13.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, com ocupação lícita e residência fixa, predicanos que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Sustenta que o paciente necessita de cuidados especiais com sua saúde.

Argumenta a excepcionalidade da prisão cautelar, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente, que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento da ação penal e, no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio.

Contudo, no momento processual devido, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a possibilidade de atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça caso se constate a existência de flagrante ilegalidade, o que, ao menos em um juízo perfunctório, não se verifica.

Isso porque, não obstante os relevantes argumentos expostos na insurgência, é inviável acolher-se a requerida tutela de urgência deduzida na inicial, porquanto a fundamentação que dá suporte à postulação liminar é idêntica à que dá amparo ao pleito final, isto é, confunde-se com o mérito do *writ*, o qual exige exame mais detalhado das razões declinadas e da documentação que o acompanha, análise que se dará devida e oportunamente quando do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE

Superior Tribunal de Justiça

FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal. Publique-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator